



Demonstrações Financeiras

Iguá Projetos S.A.

**31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente**

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 5
Demonstração do resultado abrangente 6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 7
Demonstração dos fluxos de caixa 8

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Informações sobre a Companhia 9
2. Políticas contábeis 9
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas 19
4. Caixa e equivalentes de caixa 20
5. Impostos a recuperar 20
6. Investimentos 20
7. Empréstimos e financiamentos 21
8. Debêntures 22
9. Patrimônio líquido 22
10. Gerenciamento de capital 23
11. Instrumentos financeiros 23
12. Imposto de renda e contribuição social 28
13. Despesas 28
14. Receitas e despesas financeiras 28
15. Partes relacionadas 29
16. Eventos subsequentes 30

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da
Iguá Projetos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Iguá Projetos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iguá Projetos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Incorporação da Companhia pela controladora

Chamamos a atenção para a Nota explicativa 16 às demonstrações financeiras, que descreve a incorporação da Iguá Projeto S.A. pela controladora Iguá Saneamento S.A. e conseqüente extinção dos direitos e obrigações com ela no momento de sua incorporação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de junho de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O



Lázaro Angelim Serruya
Contador CRC-DF015801/O

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			(não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.737	149
Contas a receber - partes relacionadas	15	4.236	6
Impostos e contribuições a recuperar	5	9	1
Outros ativos		-	54
Total do ativo circulante		5.982	210
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber - partes relacionadas	15	1.441	5.671
Impostos e contribuições a recuperar	5	519	1.797
Total do realizável a longo prazo		1.960	7.468
Investimentos	6	-	365.311
Total do ativo não circulante		1.960	372.779
Total do ativo		7.942	372.989

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante			(não auditado)
Fornecedores e outras contas a pagar		-	439
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	7	-	3.500
Provisões e encargos trabalhistas		23	23
Obrigações fiscais		10	6
Total do passivo circulante		33	3.968
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	7	22.904	16.994
Debêntures - partes relacionadas	8	526.532	514.023
Provisão para perdas em investimentos	6	128.556	-
Total do passivo não circulante		677.992	531.017
Patrimônio líquido			
Capital social	9	45.001	45.001
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	9	48.015	-
Prejuízos acumulados		(763.099)	(206.997)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(670.083)	(161.996)
Total do passivo		678.025	534.985
Total do passivo e patrimônio líquido		7.942	372.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Despesas operacionais			(não auditado)
Despesas administrativas e gerais	13	(64)	(2.171)
Equivalência patrimonial	6	(543.867)	(144.690)
		(543.931)	(146.861)
Resultado antes do resultado financeiro, líquido		(543.931)	(146.861)
Receitas financeiras	14	389	10
Despesas financeiras	14	(12.453)	(5.133)
Resultado financeiro, líquido		(12.064)	(5.123)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(555.995)	(151.984)
Imposto de renda e contribuição social	12	(107)	-
Prejuízo do exercício		(556.102)	(151.984)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2022	2021
		(não auditado)
Prejuízo do exercício	<u>(556.102)</u>	<u>(151.984)</u>
Resultado abrangente total	<u>(556.102)</u>	<u>(151.984)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Capital social	Debêntures Obrigatoriamente Conversíveis	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	45.001	-	(55.013)	(10.012)
Prejuízo do exercício	-	-	(151.984)	(151.984)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	45.001	-	(206.997)	(161.996)
Debêntures obrigatoriamente conversíveis	-	48.015	-	48.015
Prejuízo do exercício	-	-	(556.102)	(556.102)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.001	48.015	(763.099)	(670.083)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			(não auditado)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(555.995)	(151.984)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	13	-	49
Juros incorridos de operações com partes relacionadas		12.434	5.131
Equivalência patrimonial	6	543.867	144.690
		306	(2.114)
Variações em:			
Aumento em contas a receber - partes relacionadas	15	-	(4.230)
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar	5	1.270	(2)
Redução (aumento) em outros ativos		54	(53)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar		(439)	407
Redução em provisões e encargos trabalhistas		-	6
Aumento em obrigações fiscais		4	(88)
Impostos de renda e contribuição social pagos	12	(107)	-
Fluxo de caixa usado nas (proveniente das) atividades operacionais		1.088	(6.074)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aumento e integralização de capital em investida	6	(50.000)	(510.001)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos		(50.000)	(510.001)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e debêntures com partes relacionadas tomados	7 e 8	50.500	515.818
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos		50.500	515.818
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		1.588	(257)
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	149	406
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	1.737	149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Companhia

1.1 Considerações gerais

A Iguá Projetos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1507, 11º andar, Vila Olímpia, na capital do Estado de São Paulo.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas pela Administração em 21 de junho de 2023.

1.2 Contexto operacional

A Companhia, constituída em 29 de outubro de 2010 tem como objetivo, elaborar projetos e estudos técnicos, desenvolvimento de pesquisas para modernização e ampliação de sistemas de saneamento básico, bem como de participar em outras sociedades como sócia ou acionista. Em 04 de agosto de 2021 houve uma modificação no tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima de capital fechado.

Em 30 de abril de 2023 a Companhia foi totalmente incorporada pela sua controladora direta Iguá Saneamento S.A. conforme Assembleia Geral Extraordinária nesta data conforme nota explicativa 16 e a Iguá Rio de Janeiro S.A. passou a ser controlada direta da Iguá Saneamento S.A.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além de considerarem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia não foram apresentadas, sendo a consolidação do Grupo apresentada pela controladora direta e final Iguá Saneamento S.A. Os representantes da Companhia não tiveram objeções a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações

financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Mensuração ao valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras e outros investimentos para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, depósitos bancários vinculados, ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período de divulgação.

2.3. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Juros sobre atualização de impostos a recuperar;
- Despesas de Juros sobre operação com partes relacionadas;
- Outras despesas financeiras.

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

2.4. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

i) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

ii) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro deram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio

do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa.

b) Passivos financeiros

i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

ii) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de custo amortizado.

Custo amortizado (Empréstimos e recebíveis)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedores e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis pelo valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócios. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicador existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última

perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.8. Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.9. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.10. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca

ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante

2.11. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e até o momento não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2022.

2.12. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Uma vez que a Companhia não emite ou emitiu contratos de seguro, nem detém contratos de resseguro, esta norma não é aplicável.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, as alterações não representam impactos nas operações da Companhia.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

b) Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócios para os próximos cinco anos. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média de remuneração	2022	2021
Caixa			(não auditado)
Saldos bancários		10	23
Equivalentes de caixa			
Certificado de depósito bancário	12,26% 2022 e 4,34% 2021	141	126
Fundos de investimento	12,81% 2022	653	-
Aplicações financeiras	9,16% 2022	933	-
Total		1.737	149

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

5. Impostos a recuperar

	2022	2021
		(não auditado)
Saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	9	1.783
Saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	13
INSS	519	-
Outros	-	2
Circulante	9	1
Não circulante	519	1.797
Total	528	1.798

6. Investimentos

Provisão para perda em investimentos	Patrimônio	Prejuízo do	Participação	2022	Aumento de capital	Equiva- lência	2021
	líquido ajustado	exercício					
Iguá Rio de Janeiro S.A.	(128.556)	(543.867)	100,00%	(128.556)	50.000	(543.867)	365.311
Total	(128.556)	(543.867)		(128.556)	50.000	(543.867)	365.311

Investimentos	Patrimônio	Prejuízo do	Participação	2021	Investimento	Equiva- lência	2020
	líquido ajustado	exercício					
Iguá Rio de Janeiro S.A.	365.311	(144.690)	100,00%	365.311	510.001	(144.690)	-
Total	365.311	(144.690)		365.311	510.001	(144.690)	-

7. Empréstimos e financiamentos

Linha de Crédito	Nota	Indexador	Juros médios a.a. (%) (*)	Vencimento	2022	2021
Mútuo - partes relacionadas	15	CDI	16,39	2024	16.586	14.676
Conta corrente - partes relacionadas	15				6.318	5.818
					22.904	20.494
Circulante					-	3.500
Não circulante					22.904	16.994
Total					22.904	20.494

(*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

a) Cronograma de amortização da dívida

Os financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	12 meses	13 a 24 Meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses
Mútuo - partes relacionadas	16.586	-	16.586	-	-
Total	16.586	-	16.586	-	-

31 de dezembro de 2021 (não auditado)	Valor contábil	12 meses	13 a 24 Meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses
Mútuo - partes relacionadas	14.676	-	-	-	14.676
Total	14.676	-	-	-	14.676

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamentos

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021 (não auditado)	13.568	-	13.568
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captação de empréstimos, debêntures e partes relacionadas	5.818	510.000	515.818
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	5.818	510.000	515.818
Outras variações			
Provisão de juros	1.108	4.023	5.131
Total de outras variações	1.108	4.023	5.131
Saldo em 31 de dezembro 2021 (não auditado)	20.494	514.023	534.517
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captação	500	50.000	50.500
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	500	50.000	50.500
Outras variações			

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Reclassificação debêntures conversíveis em ação	-	(48.015)	(48.015)
Provisão de juros	1.910	10.524	12.434
Total de outras variações	1.910	(37.491)	(35.581)
Saldo em 31 de dezembro 2022	22.904	526.532	549.436

8. Debêntures

Linha de crédito	Juros médios a.a. (%)	Vencimento	2022	2021 (não auditado)
Debêntures 1ª emissão - partes relacionadas	2,00	2026	524.263	514.023
Debêntures 2ª emissão - partes relacionadas (*)		2025	2.269	-
Total			526.532	514.023

(*) A Iguá Saneamento S.A. adquiriu a totalidade das debêntures, vide nota 9.b, a parcela reconhecida no passivo refere-se aos juros incorridos, já o principal está reconhecido no patrimônio líquido por ser debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações.

a) Cronograma de amortização da dívida

As debêntures possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	12 meses	13 a 24 Meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses
Debêntures 1ª emissão	524.263	-	-	-	524.263	-
Debêntures 2ª emissão	2.269	-	-	2.269	-	-
Total	526.532	-	-	2.269	524.263	-

31 de dezembro de 2021 (não auditado)	Valor contábil	12 meses	13 a 24 Meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 76 meses
Debêntures 1ª emissão	514.023	-	-	-	-	514.023
Total	514.023	-	-	-	-	514.023

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$45.001 (R\$45.001 em 31 de dezembro de 2021), representado por 45.001.000 ações ordinárias (45.001.000 em 31 de dezembro de 2021), sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2022	2021 (não auditado)
Iguá Saneamento S.A.	99,9999956%	99,9999956%
Iguá Serviços de Engenharia em Saneamento Ltda.	0,0000044%	0,0000044%

b) Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações

Em 27 de janeiro de 2022, foi realizada a 2ª emissão privada de debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações, no montante de R\$50.000, taxa de juros de 2% ao ano e vencimento em 27 de janeiro de 2025, tendo a Iguá Saneamento S.A. comprado 100%.

As debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações estão classificadas pelo seu valor principal no patrimônio líquido da Companhia, tendo seus juros reconhecidos no passivo.

10. Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2022	2021
		(não auditado)
Total do passivo	678.025	534.985
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.737)	(149)
(=) Capital de terceiros líquido (A)	676.288	534.836
Total do patrimônio líquido (B)	(670.083)	(161.996)
Índice de alavancagem (A/B)	(1,01)	(3,30)

11. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021
			(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.727	126	10	23	-	-
Contas a receber – partes relacionadas	15	-	-	5.677	5.677	-	-
Ativos Financeiros		1.727	126	5.687	5.700	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	-	-	-	439
Empréstimos e financiamentos	7	-	-	-	-	22.904	20.494
Debêntures	8	-	-	-	-	526.532	514.023
Passivos Financeiros		-	-	-	-	549.436	534.956

b) Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2022.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de preço.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos

e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

	Nota	2022	2021
			(não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.737	149
Contas a receber – partes relacionadas	15	5.677	5.677
Circulante		5.973	155
Não circulante		1.441	5.671
Total		7.414	5.826

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2022	2021
			(não auditado)
Fornecedores e outras contas a pagar		-	439
Empréstimos e financiamentos	7	22.904	20.494
Debêntures	8	526.532	514.023
Circulante		-	3.939

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Não circulante	549.436	531.017
Total	549.436	534.956

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses
Empréstimos e financiamentos	16.586	21.496	-	21.496	-	-	-
Debêntures	526.532	565.614	-	-	3.063	562.551	-
Total	543.118	587.110	-	21.496	3.063	562.551	-

31 de dezembro de 2021 (não auditado)	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	439	439	439	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	14.676	18.476	-	-	18.476	-	-
Debêntures	514.023	562.550	-	-	-	-	562.550
Total	529.138	581.465	439	-	18.476	-	562.550

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Perfil

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	2022	2021
			(não auditado)
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.727	126

Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos (*)	7	16.586	-

(*) contrato de mútuo passou a ser atualizado pelo CDI em 2022.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros ativos financeiros, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – apreciação e depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2022	Risco	Cenários									
			Apreciação das taxas				Depreciação das taxas					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
		%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Ativos financeiros												
Aplicações financeiras	1.727	CDI	10,79	186	13,49	233	16,19	280	8,09	140	5,39	93
Total	1.727			186		233		280		140		93
Passivos financeiros												
Mútuo - partes relacionadas	(16.586)	CDI	12,39	(2.055)	15,49	(2.570)	18,59	(3.084)	9,29	(1.541)	6,19	(1.027)
Total	(16.586)			(2.055)		(2.570)		(3.084)		(1.541)		(1.027)
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos	(14.859)			(1.869)		(2.337)		(2.804)		(1.401)		(934)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Impacto no resultado e no patrimônio líquido	(468)	(935)	468	935
--	-------	-------	-----	-----

12. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da taxa efetiva	2022	2021
		(não auditado)
Resultado do exercício antes dos impostos	(555.995)	(151.984)
Alíquota nominal	34%	34%
Crédito com imposto à alíquota normal	-	-
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social – períodos anteriores	(107)	-
Imposto corrente	(107)	-
Alíquota efetiva	0,02%	0%

13. Despesas

Natureza das despesas administrativas e gerais	2022	2021
		(não auditado)
Despesas com pessoal	-	(1.383)
Serviços de terceiros	(10)	(319)
Depreciação e amortização	-	(49)
Outras despesas	(54)	(420)
Total	(64)	(2.171)

14. Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Receitas financeiras		(não auditado)
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	308	1
Juros de aplicações financeiras	81	9
Total	389	10
Despesas financeiras		
Despesas de operações com partes relacionadas	(12.434)	(5.131)
Outras despesas financeiras	(19)	(2)
Total	(12.453)	(5.133)
Despesas financeiras líquidas	(12.064)	(5.123)

15. Partes relacionadas

		Ativo		Passivo		Resultado	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021
		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)	
Em contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos e debêntures				(Nota 7 e 8)			
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	5.677	5.677	-	389	-	3.841
Conta corrente	(b)	-	-	6.318	5.818	-	-
Mútuo	(c)	-	-	16.586	14.676	(1.910)	(1.108)
Debêntures	(d)	-	-	526.532	514.023	(10.524)	(4.023)
Circulante		4.236	6	-	3.889	-	-
Não circulante		1.441	5.671	549.436	531.017	-	-
Total		5.677	5.677	549.436	534.906	(12.434)	(1.290)

(a) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.

(b) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora Iguá Saneamento S.A, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.

(c) Refere-se a contratos de mútuos entre a Companhia e sua controladora Iguá Saneamento S.A. e coligada Iguá Serviços S.A., com incidência de juros fixos de 4% ao ano e 100% de CDI, e vencimento em 2024.

(d) Refere-se as debêntures privadas, não conversíveis em ações, emitidas em 27 de julho de 2021 pela Companhia, no valor de R\$510.000 e a controladora Iguá Saneamento S.A. efetuou a compra de 100%, com a vencimento em 26 de julho de 2026 e remuneração fixa de 2% a.a. e as debêntures privadas, obrigatoriamente conversíveis em ações, emitidas em 27 de janeiro de 2022 pela Companhia, no valor de R\$50.000 e a Iguá Saneamento efetuou a compra de 100%, com a vencimento em 27 de janeiro de 2025 e remuneração fixa de 2% a.a.

16. Eventos subsequentes

A Companhia foi totalmente incorporada pela controladora Iguá Saneamento S.A. conforme Assembleia Geral Extraordinária na data de 30 de abril de 2023 e conseqüentemente as debêntures foram extintas no momento da incorporação, conforme acervo líquido demonstrado abaixo:

Ativo	31/03/2023	Passivo	31/03/2023
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	2.451.258,63	Provisões e encargos trabalhistas	0,01
Partes relacionadas	4.236.004,10	Obrigações fiscais	2.021,50
Impostos e contribuições a recuperar	14.982,91	Total do passivo circulante	2.021,51
Outros ativos	229,90		
Total do ativo circulante	6.702.475,54	Não circulante	
Não circulante		Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	23.611.936,26
Realizável a longo prazo		Debêntures - partes relacionadas	529.216.297,95
Partes relacionadas	1.441.359,60	Provisão para perdas em investimentos	249.621.886,74
Total do ativo não circulante	1.441.359,60	Total do passivo não circulante	802.450.120,95
		Patrimônio líquido	
		Capital social	45.001.000,00
		Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	48.014.727,85
		Prejuízos acumulados	(763.099.013,10)
		Prejuízo líquido do período	(124.225.022,07)
		Total do passivo a descoberto	(794.308.307,32)
Total do ativo	8.143.835,14	Total do passivo e patrimônio líquido	8.143.835,14

Iguá Projetos S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Diretoria

Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão
Felipe Rath Fingerl
Mateus de Faria Renault e Silva

Contador

Fabício dos Santos Teixeira
CRC/SP nº 1SP347408/O-9